

Revista Tempo, n.º 27, 26 de Maio

ENTREVISTA Carlos Anjos, presidente, e Carlos Garcia, Secretário-geral da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal

### **“Trabalhamos por amor à camisola”**

***Há inspectores a fazerem (informal) trabalho de chefe e concursos que teimam em não abrir. Faltam cerca de 1100 investigadores e o 'trabalho extra' é pago a 2,40 euros/hora. Queixas da ASFIC/PJ no momento em que reataram o diálogo com a ministra da Justiça.***

António José Vilela

### **Como é que está o diálogo com a ministra da Justiça?**

Carlos Anjos - “Nos últimos dois anos, pedimos três reuniões à senhora ministra, não obtivemos nenhuma resposta. Não houve diálogo, porque simplesmente ignorou os nossos pedidos e até os convites para estar presente em vários eventos, como no nosso congresso. Agora [passada Sexta-feira] tivemos uma reunião com a tutela e vai ser constituída uma equipa negocial, formada por nós, um representante do Ministério da Justiça e outro da direcção da PJ. E voltamos a reunir dentro de 15 dias”.

**Para tratar sobretudo do pagamento do trabalho extraordinário, algo que já havia sido prometido, segundo julgo, há bastante tempo pela ministra da Justiça.**

Carlos Anjos - “Sim, a senhora ministra apresentou-nos há muito tempo a solução para o problema: atribuir um subsídio único à PJ. A ideia foi dela. Mas também logo nos disse que, dado o estado das finanças públicas, que era difícil resolver a questão em 2003. Disse que nos ia apresentar uma proposta. Ainda não o fez”.

### **Que solução é que agradaria à ASFIC?**

Carlos Anjos - “A solução mais justa é o pagamento de horas extraordinárias. É lógico que temos a noção que é difícil, dado o volume de trabalho extraordinário na PJ, aplicar isto à realidade policial, mas queremos negociar”.

Carlos Garcia – “A própria lei inviabiliza este pagamento total das horas extraordinárias, porque diz que ninguém pode receber mais de um terço e isso, numa realidade como a da droga ou vigilâncias anti-terrorismo, numa noite ou duas atingíamos logo esse limite. Devia haver um regulamento em que se pagasse à hora o trabalho desenvolvido”.

**A actual direcção da PJ avançou com a proposta de as horas extraordinárias serem pagas com horas de descanso. Isso não agradou?**

Carlos Anjos – “Foi uma solução quando o director Adelino Salvado viu a incapacidade da PJ em suportar os pagamentos em dinheiro. Não há hipótese de ir por aí, porque nós somos muito poucos. Convém referir que o quadro completo, englobando todas as categorias, é de 1440 elementos”.

**Está-me a falar das vagas da lei orgânica ou da realidade de ocupação dessas vagas?**

Carlos Anjos – “Estou a falar dos quadros efectivamente preenchidos. Na lei orgânica existirão mais cerca de 75% de vagas. Neste momento, o quadro de inspectores ronda os dois mil lugares e está preenchido com 1100 inspectores”.

**É, então, um número que tem aumentado. Lembro-me que, há um par de anos, os números apresentados pelo vosso sindicato apontavam para a falta de 700 a 800 inspectores.**

Carlos Anjos – “É verdade. Desde 1990 que estamos a perder gente, porque aqueles que entram não conseguem suplantar aqueles que saem. Nos últimos dois anos, como não se puderam abrir concursos externos, a situação agravou-se. Há agora, um projecto que pretende ir buscar gente licenciada a outras forças de segurança”.

Carlos Garcia – “É um concurso interno especial da função pública que irá buscar pessoal à PSP, GNR, SEF, PJM e outros. Havia inicialmente 300 vagas e concorreram 359 pessoas. Quanto aos números aprovados, não sabendo ao certo, deverão andar nos 160/180 elementos”.

**Como é que os investigadores da PJ encaram esta transição de gente das outras forças de segurança? E que reacções colhem das outras forças de segurança?**

Carlos Anjos – “Tem vantagens e desvantagens. Dos contactos que nós temos com as associações e sindicatos das outras forças de segurança, e que são bons, eles encaram isto como muito mau, porque dizem que se trata de tapar, com uma manta curta demais, uns, destapando os outros”.

**Pode até ser mais grave, porque à partida poderão até sair aqueles que forem os melhores, não?**

Carlos Anjos – “Exactamente, mas sobre o que os outros sentem, tenho pouco a dizer. Por nós, foi encarado com alguma incerteza, porque estas pessoas trazem para a PJ o sentir de outras instituições e...”

Carlos Garcia – “além de que a formação neste curso especial é, do nosso ponto de vista, muito curta. A formação teórica poderá ir aos 5 meses e o estágio deverá chegar aos 8 meses. Parece-nos pouco”.

Carlos Anjos – “E é uma injeção de muita gente exterior integrada na PJ. Esperamos que este concurso, que é inédito, não se repita com muita regularidade, ou, pura e simplesmente, não se repita. Imaginemos, em tese, que haverá um grande número de inspectores do SEF a concorrerem, ora, esse serviço, tem um quadro de apenas 500 inspectores, se saírem muitos, poder-se-ão adivinhar os problemas”.

**Já, agora, queria fazer um ponto da situação. As carências de pessoal na PJ vão além dos inspectores. Como é que está a situação em termos de chefias intermédias?**

Carlos Anjos – “Deverão faltar, a juntar aos 900 inspectores, mais cerca de 200 inspectores-chefe e 70 coordenadores superiores, resultando disto a existência de uma grande quantidade de brigadas da PJ a serem hoje chefiadas por inspectores”.

Carlos Garcia – “Isso acontece em todos os departamentos. A Directoria do Porto é um dos locais onde mais se nota, pois já ultrapassa os cerca de 50 a 60 por cento de brigadas chefiadas apenas por inspectores”.

**Que tipo de problemas é que isso pode levantar?**

Carlos Anjos – “Há, em primeiro lugar, a questão de como é que as pessoas são escolhidas para essas funções, porque deixam de existirem concursos e respectivos cursos de formação. A escolha até pode ser feita sobre o mais competente, mas isto envenena as relações entre colegas. Além disso, os inspectores-chefe são todos

autoridades de polícia criminal, o que quer dizer que podem emitir mandatos de detenção e o inspector não o pode fazer. Além de que alguém, nestas circunstâncias de nomeado, acaba sempre por ser mais permissivo a pressões superiores, porque a qualquer momento, por exemplo, numa zanga, podem-lhes retirar as funções”.

Carlos Garcia – “Se se fosse cumprir o que está na lei orgânica, essa nomeação de inspectores para cargos de chefia só podia ser durante um ano e não renovável. Para obrigar a cursos e concursos periódicos. Hoje, o que está a acontecer é que, quando termina o ano, alguém diz para não chefiar durante um dia e depois, no dia seguinte, volta à condição de coordenador. Assim, nunca são necessários os Inspectores-chefe.

### **Penso que existirá um concurso para chefias nos próximos tempos.**

Carlos Anjos – “Está já aberto e as provas deverão ser no final do ano. São 60 vagas e 15 coordenadores. É muito pouco”.

### **Deixem-me voltar à questão das horas extraordinárias e às listas de acumulação de horas. Como é que está essa contabilidade?**

Carlos Garcia – “Um dos despachos da direcção, que nos encarregámos de contestar em tribunal, entende que o trabalho entre as 17h 30 e as 20h – dizem que o horário de trabalho é entre as 8 e as 20 horas – é pago com tempo de folga. Isto é inviável, porque há trabalhos a prolongarem-se por 24, 48 ou 60 horas, como é que se pode pensar que se podem gozar as horas de folga logo no dia seguinte?!”

Carlos Anjos – “Muita gente nunca gozou as horas e nem sequer as contou. A administração também se recusou a confirmar oficialmente as horas. Mas depois também houve departamentos que as pagaram”.

### **Pagaram horas extraordinárias?**

Carlos Garcia – “Não, não. As horas feitas para além das 20 horas são pagas como prevenção, ou seja, a 480 escudos/hora (2,40 euros). A minha mulher-a-dias recebe quase o triplo disso”.

Carlos Anjos – Inventaram-se soluções como esta.

Carlos Garcia – “Pois, estamos de prevenção passiva, mas no activo e há limites para os pagamentos pois, independentemente das horas, não podem exceder o

valor do piquete, que são pouco mais de cinco contos (25 euros) nos dias de semana. O que quer dizer que facilmente se chega ao valor do piquete e depois trabalha-se à borla”.

**Quais são os resultados do vosso recurso para os tribunais sobre esta matéria?**

Carlos Garcia – “Temos uma petição de reconhecimento de direito às horas extraordinárias no Tribunal Administrativo de Lisboa. Está lá desde Fevereiro de 2003 e já foram ultrapassados todos os prazos legais de apreciação. Aquilo não saiu da gaveta do procurador, engano-me, saiu para outra gaveta de um procurador superior. Não percebemos porque é que nenhum juiz ainda colocou a vista naquele processo”.

**Se não se chegar a uma solução que agrade à ASFIC, que formas de luta é que encaram? Poderá também abranger alguma medida durante o Europeu de Futebol?**

Carlos Garcia – “Estamos desde o início deste mês a fazer requerimentos pedindo às chefias para autorizarem o pagamento das horas extraordinárias, as recusas levam a recursos hierárquicos. Neste momento, virão do Porto 60 recursos e estão a caminho muitos outros de todo o lado. Se o director nacional os indeferir, seguem para a ministra e, caso persista a atitude, vão para tribunal.

A recusa ao trabalho extraordinário iria começar agora, mas suspendemos a medida devido ao Rock in Rio e ao Euro 2004. Depois do Europeu, não fazemos horas extraordinárias e não fechamos a porta à greve

**Estas restrições financeiras da PJ afectam o trabalho diário da instituição na sociedade portuguesa?**

Carlos Anjos – “É difícil responder a essa pergunta. Poderá haver departamentos onde é e outros onde não se verifica. Posso, contudo, dizer que nos grandes departamentos, como os de Lisboa, nunca ficou por fazer nenhuma diligência por qualquer restrição orçamental”.

Carlos Garcia – “Porque trabalhamos por amor à camisola”.

Carlos Anjos – “É lógico que, de vez em quando, surgem umas vozes, sobretudo nos departamentos de investigação criminal, que dizem haver saídas e diligências, que poderiam custar ajudas de custo, que são evitadas”.

### **Será então nas antigas inspeções que se notam mais as carências?**

Carlos Anjos – “Posso dar um exemplo, o departamento da Guarda é daqueles que tem uma maior área de intervenção e é o único que a PJ tem no interior do país. Ora, a Guarda tem apenas 17 elementos e, à segunda-feira, há oito que estão de folga, devido aos piquetes feitos nos dias anteriores. É o reflexo do facto de, no espaço de mais de 25 anos, com todas as mudanças que houve na sociedade portuguesa, a PJ ter apenas mais 300 pessoas”.

### **Mesmo com a criação de novos departamentos, como a DCCB e outros?**

Carlos Anjos – “Sim, porque são criados à custa de uma sangria nos outros departamentos. Esta direcção criou a Unidade de Informação Financeira, uma mais valia para a PJ, mas todas as pessoas que para lá foram saíram dos departamentos já existentes”.

### **Ainda defendem que a PJ tem perdido autonomia e competências?**

Carlos Anjos – “Ficámos, fundamentalmente, com os crimes cujas penas de prisão são superiores a três anos. Onde está o problema da lei? Simplesmente ela não é cumprida pelas outras forças policiais. Dou um exemplo: nos assaltos à mão armada, cuja investigação é nossa, o que acontece é que o órgão policial que toma conta da ocorrência, que não somos nós, acaba por não nos comunicar e desenvolve as primeiras diligências e, só quando vê que não consegue resultados, é que nos chama”.

### **As outras forças policiais afirmam que vocês, PJ, querem sempre ficar com os louros.**

Carlos Anjos – “A questão não é essa. Trata-se de saber se o crime é da nossa competência ou não. Se é... Não há ninguém da PJ a investigar furtos”.

### **Mas também não há gente da PJ que se queixa de, ao lhes retirarem essas competências, perderem capacidade de conhecimento na luta contra a grande criminalidade?**

Carlos Anjos – “Isso é diferente. Aí estamos a falar de informação, da partilha de informação entre as forças policiais. Não há vontade política em Portugal para se colocar na prática aquilo que é lei desde o final dos anos 90. O Sistema Integrado de Informação Criminal devia unir todas as polícias, mas, neste momento, apenas tem a informação que a PJ lá coloca”.

Carlos Garcia – “Parece que todas as polícias só estão interessadas no grande crime, quando o cidadão normal sente é todos os dias os problemas da pequena criminalidade. As forças policiais estão a abandonar o combate à criminalidade dita menos importante e os números sobem todos os anos no panorama que é traçado pelo Relatório de Segurança Interna. Qualquer dia tem que se criar outra polícia para este tipo de criminalidade”.

### **Então, não há colaboração entre polícias em Portugal?**

Carlos Anjos – “Institucionalmente, as coisas são muito complicadas e algumas vão-se resolvendo pessoalmente, através de relações de amizade entre polícias”.

| <b>PERFIS</b>   |   |
|---|---|
|   | <p><b>Carlos Anjos</b>, 39 anos, casado e um filho, é “um alentejano de raiz” que veio de Portalegre para Lisboa. Entrou para a PJ com 23, esteve sete anos na Direcção Central de Prevenção e Investigação Criminal, seguiram-se outros três nas burlas da Directoria de Lisboa. Está há sete anos a investigar casos de corrupção a partir da Alexandre Herculano, onde está localizada a Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF). Tem um percurso longo no sindicalismo da PJ e é o novo presidente da ASFIC.</p> |
| <p><b>Carlos Garcia</b>, 40 anos, casado e dois filhos, nascido na raia... espanhola, com olhos para o Alentejo. Fez o curso de investigador em 1989, no ano seguinte foi colocado na Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (DCITE) e ali está desde essa altura a lutar contra o tráfico de droga. O percurso no sindicato, ao nível de órgãos centrais, é mais recente, sendo actualmente Secretário-geral da ASFIC.</p> |   |